



PROCESSO Nº TST-ED-RR-1000572-14.2014.5.02.0471

**A C Ó R D ã O**

**2.ª Turma**

GMDMA/RAS

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE  
REVISTA INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA  
LEI 13.015/2014. PENSÃO MENSAL.  
CORREÇÃO. CONVERSÃO EM PARCELA ÚNICA.**

Hipótese em que o acórdão não padece de nenhum dos vícios previstos nos arts. 897-A da CLT e 1022, II, do CPC, merecendo, todavia, provimento tão somente para prestar esclarecimentos, sem, contudo, imprimir efeito modificativo ao julgado embargado. **Embargos de declaração providos para prestar esclarecimentos.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos

de Declaração em Recurso de Revista n.º  
**TST-ED-RR-1000572-14.2014.5.02.0471**, em que é Embargante [REDACTED]  
[REDACTED] e Embargada **GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.**

O reclamante opõe embargos de declaração contra o acórdão desta 2.ª Turma. Alega a existência de omissão. Pretende a aplicação de efeito modificativo.

É o relatório.

**V O T O**



PROCESSO N° TST-ED-RR-1000572-14.2014.5.02.0471.

1 -

## CONHECIMENTO

Presentes os pressupostos processuais, **CONHEÇO** dos embargos de declaração.

## 2 - MÉRITO

Esta 2.<sup>a</sup> Turma deu provimento parcial ao recurso de revista do reclamante. Na oportunidade, assentou os seguintes fundamentos:

O reclamante alega que o Tribunal Regional, ao elevar a reintegração do autor e consequente recebimento de salários à condição de causa de não indenizar, viola os arts. 5.º, V e X, 7.º, XXVIII da Constituição Federal, 186, 949 e 950 do Código Civil. Aduz que "mesmo restabelecido ao posto de trabalho mediante sua reintegração, certo é que subsiste à reclamada o dever de indenizar a perda física ocasionada pela doença ocupacional com cuja eclosão/agravamento concorreu". Sustenta serem cumuláveis os pedidos declinados na exordial. Aponta violação dos arts. 5.º, V, e X, 7.º, XXVIII, da Constituição Federal, 186, 927 e 949 a 951 do Código Civil.

À análise.

Consoante se extrai do acórdão recorrido, o Tribunal Regional, embora tenha reconhecido a culpa da reclamada pela doença ocupacional sofrida pelo autor, entendeu que, diante da reintegração determinada pelo juiz de primeiro grau, não haveria dano material a ser reparado.

No entanto, a finalidade da pensão mensal é reparar o autor pelo dano material sofrido, no caso, a incapacidade total e permanente para as funções anteriormente exercidas na empresa. Nos termos do art. 950 do Código Civil a pensão corresponderá à importância do trabalho para o qual se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu, não refletindo na quantificação da indenização o fato de o obreiro poder exercer outra atividade.

Ademais, a determinação de reintegração e a consequente percepção de remuneração são circunstâncias que não afastam o direito à indenização



**PROCESSO Nº TST-ED-RR-1000572-14.2014.5.02.0471**  
por danos materiais na forma de pensão mensal, porquanto possuem fatos geradores distintos.

Com efeito, a reintegração foi deferida com fulcro na norma coletiva da categoria, ao passo que a indenização por dano material, deferida na forma de pensão, tem alicerce na legislação civil (art. 950 do Código Civil), cujo escopo é obrigar o empregador a ressarcir os danos materiais causados ao reclamante em decorrência da doença ocupacional.

Assim, o exercício de atividades em função readaptada na empresa, com a natural percepção de salários não constitui óbice para o deferimento da indenização.

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais já sedimentou que a reabilitação do empregado em função diversa, ou até para a mesma função, não afasta o direito ao pensionamento, quando comprovada a redução total ou parcial de sua capacidade para o exercício da função anterior. Veja-se: (...)

Em suma, a reintegração do autor (seja para a mesma função ou para função diversa) não obsta o pensionamento, uma vez que este se dá como indenização pela redução da capacidade laborativa, nos estritos termos do art. 950 do Código Civil.

Por todo o exposto, exsurge a responsabilidade civil da empresa pelos danos materiais provocados ao reclamante.

Assim, a decisão do Tribunal Regional que deixou de reconhecer o direito do reclamante à pensão mensal contraria o princípio da restituição integral, razão pela qual, CONHEÇO do recurso de revista, por violação do art. 950 do Código Civil. 2 - MÉRITO

## 2.1 - DANOS MATERIAIS. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. CUMULAÇÃO COM REINTEGRAÇÃO. POSSIBILIDADE

Como consequência lógica do conhecimento do recurso de revista por violação do art. 950 do Código Civil, DOU-LHE PROVIMENTO para condenar a reclamada ao pagamento de compensação por dano material, na forma de pensão mensal vitalícia, arbitrada em 6,25% da remuneração mensal do reclamante, conforme limitação do pedido no recurso obreiro, a ser paga desde o afastamento do reclamante e enquanto perdurar a limitação da sua capacidade para exercer a função que ocupava e para a qual se inabilitou, até o limite de 74 anos e seis meses de idade, tudo nos termos do



**PROCESSO N° TST-ED-RR-1000572-14.2014.5.02.0471**  
pedido. Juros de mora na forma da Súmula 439 do TST e correção monetária na forma da Súmula 381 do TST. Acresça-se ao valor da condenação a importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Custas processuais correspondentes a R\$ 1.000,00 (um mil reais).)

Alega o reclamante a existência de omissão no acórdão

embargado, quanto à conversão da pensão mensal vitalícia em parcela única. Afirma também existir omissão quanto aos critérios de correção da pensão mensal, requerendo, no aspecto, a incidência do reajuste anual aplicado à categoria profissional dos empregados da reclamada.

Verifica-se que a decisão embargada não se ressentia de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade. Contudo, apenas a fim de aprimorar a prestação jurisdicional, é oportuno esclarecer que, no tocante à correção da pensão mensal fixada no importe de 6,25% da última remuneração percebida pelo reclamante, o acórdão embargado deixou claro que devem incidir juros e correção monetária na forma das Súmulas 439 e 381 desta Corte.

Visando à manutenção do valor real da parcela, seguindo o princípio do *restitutio in integrum*, devem ser observados os reajustes salariais concedidos à categoria, nos termos do seguinte julgado desta Corte:

(...) **PENSÃO MENSAL. REAJUSTES CONCEDIDOS À CATEGORIA. PROVIMENTO.** O artigo 950 do Código Civil prevê o pagamento de uma compensação por danos materiais, na hipótese em que o dano sofrido pelo empregado resultar em incapacidade parcial ou total, na forma de pensão correspondente à importância do trabalho para o qual se inabilitou o trabalhador. Assim, pelo princípio da *restitutio in integrum*, independentemente da aplicação de juros e correção monetária, conclui-se ser imprescindível a observância dos reajustes convencionais da categoria na pensão mensal fixada. Precedente da SBDI-1. (...) (ARR - 1308-43.2010.5.12.0008, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, 5.<sup>a</sup> Turma, DEJT 19/12/2016).

Quanto à questão sobre a forma de pagamento da indenização por danos materiais, a ser definida em pensão mensal ou em parcela única, saliente-se que cabe ao juiz interpretar e analisar



**PROCESSO N° TST-ED-RR-1000572-14.2014.5.02.0471**

cada caso concreto antes de deferir a solicitação da parte, averiguando a condição econômica do devedor e a necessidade e conveniência de que o pagamento da pensão seja em parcela única, primando, assim, pelo respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade ao proferir suas decisões.

A jurisprudência desta Corte tem entendido que o juiz

pode atuar com relativa discricionariedade para escolher o critério da condenação pelos danos materiais, de modo que a decisão embargada, ao reformar a sentença para deferir o pagamento da indenização por danos materiais, na forma de pensão mensal, está em consonância com iterativa, notória e atual jurisprudência do TST.

Diante do exposto, **DOU PROVIMENTO** aos embargos de declaração tão somente para prestar esclarecimentos, sem, contudo, conceder-lhes efeito modificativo.

### **ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, dar provimento aos embargos de declaração opostos pelo reclamante tão somente para prestar esclarecimentos, sem, contudo, conceder-lhes efeito modificativo.

Brasília, 11 de dezembro de 2018.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**DELAÍDE MIRANDA ARANTES**

**Ministra Relatora**